

Estatísticas de fundos e sociedades de titularização de créditos

As estatísticas de fundos e sociedades de titularização de créditos, publicadas pelo Banco de Portugal no capítulo B.8 do Boletim Estatístico e no BPstat - Estatísticas *Online*, passam a partir de hoje a apresentar informação adicional sobre a setorização das entidades cedentes e devedoras dos ativos titularizados. As séries de posições e de transações agora divulgadas têm início em dezembro de 2001, data em que foi realizada a primeira operação de titularização efetuada através de um veículo financeiro residente em Portugal. Estas séries foram recalculadas desde então, de acordo com os requisitos estipulados na regulamentação do Banco Central Europeu.

Em Portugal, as operações de titularização podem ser efetuadas através de dois tipos de veículos: fundos de titularização de créditos (FTC) e sociedades de titularização de créditos (STC), ambos supervisionados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os fundos de titularização de créditos são entidades fechadas que emitem unidades de titularização de créditos, incluídas na rubrica “capital e reservas”, havendo uma correspondência unívoca entre cada operação de titularização e o respetivo FTC.

As sociedades de titularização de créditos podem realizar simultaneamente diversas operações de titularização e emitem obrigações titularizadas, registadas na rubrica do passivo “títulos de dívida”.

Análise estatística

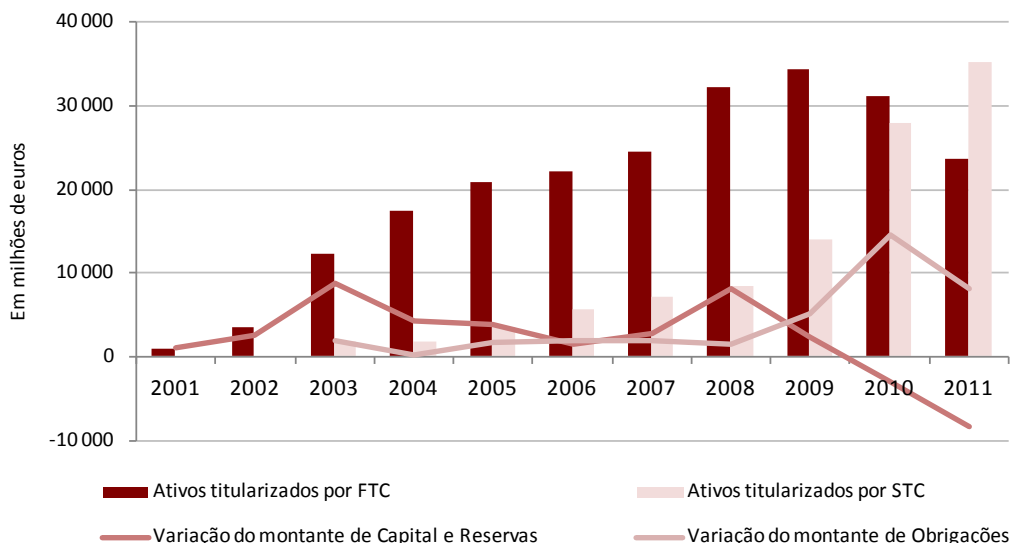
1. Operações de titularização

A primeira operação de titularização efetuada através de um veículo residente em Portugal realizou-se em dezembro de 2001, por intermédio de um fundo de titularização de crédito, e envolveu crédito hipotecário no valor de cerca de 1 000 milhões de euros.

Em dezembro de 2011 havia 39 FTC ativos e o montante total titularizado ascendia a cerca de 26 mil milhões de euros.

A primeira sociedade de titularização de crédito iniciou a sua atividade em 2003. No final de 2011, havia quatro STC ativas, as quais, no seu conjunto, foram responsáveis por cerca de 35 mil milhões de euros de ativos titularizados.

Gráfico 1 - Operações realizadas através de FTC e STC
Montantes totais e variação de posições em final de período



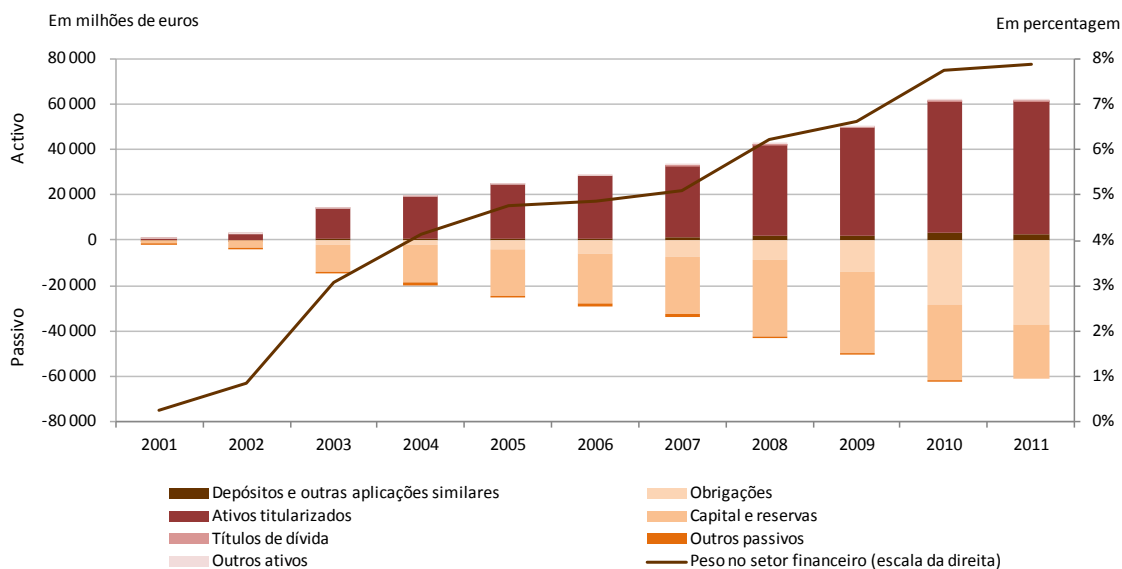
Na última década, aumentou a preferência por operações de titularização através de sociedades de titularização de crédito, em detrimento das operações realizadas por fundos de titularização de crédito (gráfico 1). Inicialmente, a escolha de FTC como veículos de titularização tinha vantagens em termos tributários. Quando estas vantagens deixaram de existir, e com a evolução verificada nos mercados financeiros internacionais, passou a manifestar-se maior preferência pela emissão de obrigações titularizadas em mercado nacional através de STC.

2. Balanço das sociedades e dos fundos de titularização de crédito

A maior parcela do ativo do balanço das sociedades e dos fundos de titularização de crédito corresponde a ativos titularizados (gráfico 2).

Os ativos titularizados são constituídos maioritariamente por créditos concedidos (94 por cento, em dezembro de 2011), mas englobam também outros tipos de ativos, tais como, receitas futuras, défices tarifários e papel comercial. No que diz respeito ao passivo, as obrigações têm adquirido maior peso, pelos motivos acima descritos, perfazendo 59 por cento do total do passivo das sociedades e dos fundos de titularização de crédito em dezembro de 2011.

Gráfico 2 – Estrutura de balanço de STC e FTC
Peso por instrumento do ativo / passivo e capital



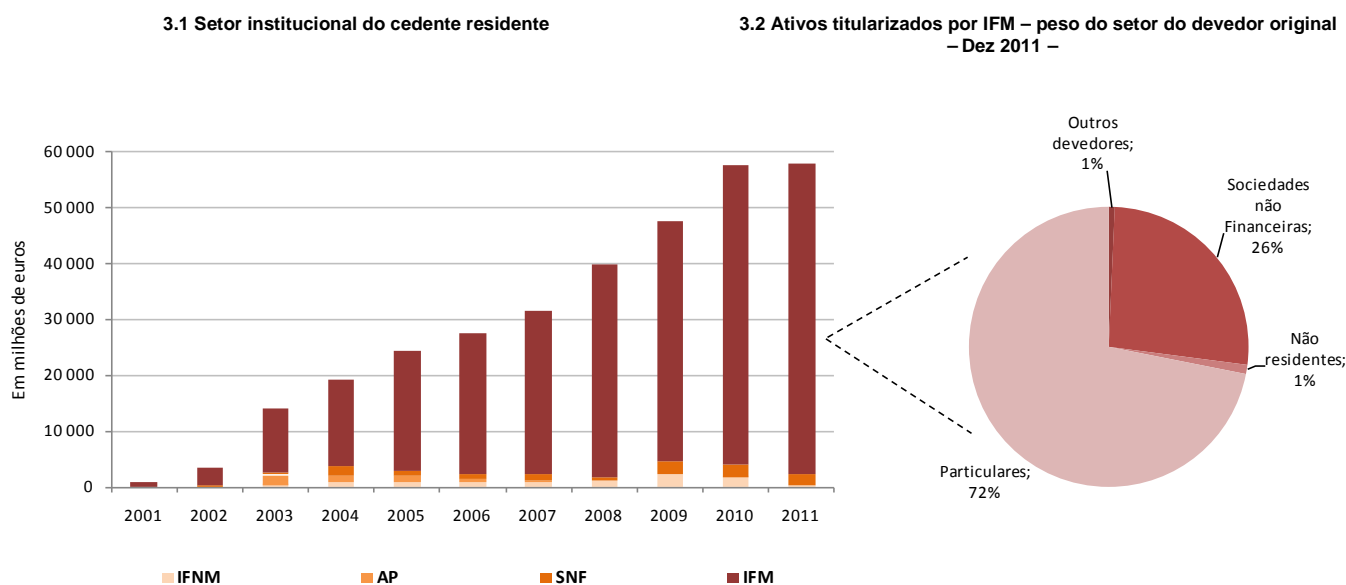
A atividade de titularização tem assumido maior expressão no total do setor financeiro, atingindo, no final de 2011, um peso de 8 por cento. No conjunto das operações realizadas por FTC e STC, o total de ativo em dezembro de 2011 (cerca de 62 mil milhões de euros) mais do que duplicava o valor observado no final de 2005 (cerca de 25 mil milhões de euros).

3. Ativos titularizados

As instituições financeiras monetárias (IFM) são o setor institucional com maior peso na cedência de ativos titularizados (gráfico 3.1). De facto, em dezembro de 2011, 96 por cento do montante de ativos titularizados correspondia a empréstimos cedidos por IFM, seguindo-se as sociedades não financeiras (SNF), com um peso de 3 por cento, e as instituições financeiras não monetárias (IFNM), com um peso de 1 por cento.

No gráfico 3.2 pode observar-se como estão repartidos, quanto ao devedor original, os ativos titularizados cedidos por IFM. Os particulares constituem o setor devedor preponderante desde o início das operações de titularização. No final de 2011, 72 por cento dos empréstimos titularizados cedidos por IFM eram créditos originalmente concedidos a particulares, 92% dos quais créditos hipotecários. Atualmente, cerca de 30 por cento dos empréstimos hipotecários concedidos pelas sociedades financeiras a particulares encontram-se titularizados.

Gráfico 3 – Ativos titularizados



Até ao final de 2004, cerca de 96 por cento do montante titularizado relativo a crédito cedido por instituições financeiras monetárias era *desreconhecido*, o que significa, em termos contabilísticos, que os créditos titularizados eram removidos do balanço da IFM cedente. Todavia, a definição de novas normas internacionais de contabilidade fez com que este panorama se alterasse a partir de 2005. Em dezembro de 2011, os créditos cedidos por IFM não foram removidos do balanço em cerca de 81 por cento das operações de titularização, passando aqueles a ser considerados como operações *não desreconhecidas*.